

Rol de Responsáveis

PRESIDÊNCIA (Instrução Normativa TCU n. 84/2020)				
TITULAR				
Presidência	Período	Designação	E-mail institucional	Telefone institucional
Des. Jaime Ramos	1º.1 a 15.4.2021	Termo de posse	presidencia@tre-sc.jus.br	(48) 3251.3703
Des. Fernando Carioni	A partir de 16.4.2021	Termo de posse	presidencia@tre-sc.jus.br	(48) 3251.3703
SUBSTITUTO				
Vice-Presidência	Período	Designação	E-mail institucional	Telefone institucional
Des. Fernando Carioni	1º.1 a 15.4.2021	Termo de posse	presidencia@tre-sc.jus.br	(48) 3251.3703
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	A partir de 16.4.2021	Termo de posse	presidencia@tre-sc.jus.br	(48) 3251.3703

*Os termos de posse são assinados em Sessão solene, conforme art. 8º da Resolução TRESC n. 7.847/2011 (Regimento Interno).

DIREÇÃO-GERAL (Instrução Normativa TCU n. 84/2020)				
TITULAR				
Direção-Geral	Período	Designação	E-mail institucional	Telefone institucional
Daniel Schaeffer Sell	1º.1 a 15.4.2021	Portaria P n. 77/2019	dg-gab@tre-sc.jus.br	(48) 3251.3707
Samir Claudino Beber	A partir de 16.4.2021	Portaria P n. 35/2021	dg-gab@tre-sc.jus.br	(48) 3251.3707
SUBSTITUTO				
Direção-Geral em substituição	Período	Designação	E-mail institucional	Telefone institucional
Augusto César Campos	7 a 19.1.2021	Portaria DG n. 5/2021	dg-gab@tre-sc.jus.br	(48) 3251.3707
Maximiniano Simões Sobral	20 a 26.1.2021	Portaria DG n. 41/2021	dg-gab@tre-sc.jus.br	(48) 3251.3707
Eduardo Cardoso	24.11 a 3.12.2021	Portaria P n. 147/2021	dg-gab@tre-sc.jus.br	(48) 3251.3707

****As Portarias de substituição são publicadas no Boletim Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.**

Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos(as) servidores(as)

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina assinaram autorização, nos moldes do Anexo II da Instrução Normativa TCU n. 67, de 6/7/2011, ou do Anexo Único da Instrução Normativa n. 87, de 12.8.2020, para fins de cumprimento da exigência contida no artigo 13 da Lei n. 8.429, de 2.6.1992, e no art. 1º da Lei n. 8.730/1993, e enquanto sujeito ao cumprimento das obrigações previstas nas Leis n. 8.429/1992 e n. 8.730/1993, concedendo acesso ao Tribunal de Contas da União – TCU aos dados de Bens e Rendas exigidos nas mencionadas Leis, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Florianópolis, 16 de fevereiro de 2022.

Edmundo Cesar Nunes

CPF 905.634.507-97

Secretário de Gestão de Pessoas

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

No tocante a essa declaração, informa-se que todos os servidores(as) do quadro efetivo de pessoal da Casa, incluídos(as) redistribuídos(as), e removidos(as), lotados na Sede ou nos Cartórios Eleitorais, bem como os requisitados que prestam ou prestaram serviço à Justiça Eleitoral Catarinense e autoridades, assim compreendidos(as) os(as) magistrados(as) deste Tribunal da Classe Jurista, encaminharam a autorização para acesso às declarações de bens e rendas, nos termos da Instrução Normativa TCU n. 67, de 6.7.2011, ou da Instrução Normativa TCU n. 87, de 12.08.2020 (esta para servidores e autoridades que ingressaram após a data de sua publicação).

A atividade de acompanhamento da entrega das autorizações para acesso às Declarações de Bens e Rendas é de competência da Assessoria Jurídica da Direção-Geral e da Seção de Agentes Políticos e Quadro Suplementar da Coordenadoria de Pessoal. Essas unidades gerenciaram a entrega das autorizações.

Conforme determinado pela Instrução Normativa TCU n. 87/2020, a partir do ano de 2021, a lista de autorizações de acesso deve ser encaminhada ao TCU em meio digital, por meio de arquivo consolidado, no formato 'csv', via Plataforma Conecta-TCU.

Nesse sentido, registra-se que a lista de autorização dos servidores e autoridades do TRESC, referente ao ano de 2020, foi encaminhada pela Assessoria Jurídica da Direção-Geral / Secretaria de Gestão de Pessoas em 25.11.2021 (PAE n. 36.762/2021).

Esclarece-se que a referida Unidade não realizou análise com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração

recebida, tendo em vista que, de acordo o Anexo II da Instrução Normativa TCU 67/2011 e o Anexo Único da IN TCU n. 87/2020, o servidor autoriza apenas o Tribunal de Contas da União a ter acesso aos dados de Bens e Rendas.

Informa-se, ainda, que, a fim de resguardar o sigilo das informações entregues pelos servidores, os documentos em questão são arquivados em pastas identificadas, sendo o acesso feito apenas pelos servidores da Assessoria Jurídica da Direção-Geral.

Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sistema e-Pessoal

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina estão devidamente registrados no Sistema e-Pessoal para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Florianópolis, 16 de fevereiro de 2022.

Edmundo César Nunes
CPF 905.634.507-97
Secretário de Gestão de Pessoas
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em complemento a esta Declaração, informa-se que a ASSJUR e a Seção de Lotação, pertencentes à Direção-Geral e à Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional, respectivamente, em cumprimento às determinações contidas na Instrução Normativa TCU n. 78/2018, mantêm controles exigidos nas referidas normas, a fim de preencher os formulários do Sistema e-Pessoal com as informações relativas aos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria e pensão e posterior envio à Secretaria de Controle Interno e Auditoria, para análise e consequente envio ao Tribunal de Contas da União, para registro.

Como os processos de nomeação, aposentadoria e concessão de pensão possuem fluxo de tramitação bem definidos no âmbito deste Tribunal, após a expedição e publicação de tais atos, cada unidade responsável prioriza tal atividade e controla o cumprimento dos prazos.

Importante, ainda, enfatizar que um dos módulos do sistema de SGRH – Aposentadoria e Pensões –, utilizado no âmbito desta Casa, apresenta campo disponível para registro de informações quanto à legalidade dos atos de concessão de aposentadoria e pensões emitidos pelo Tribunal de Contas da União.

Declaração da área da UPC

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que, no ano de 2021, houve autuação de um processo administrativo disciplinar.

Florianópolis, 16 de fevereiro de 2022.

Edmundo Cesar Nunes
CPF 905.634.507-97
Secretário de Gestão de Pessoas
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Secretaria de Gestão de Pessoas

Despesas de Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decis ões Judici ais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2021	0,00	0,00	13.581.038,56	0,00	44.118,24	0,00	0,00	0,00	0,00	13.625.156,80
	2020	0,00	0,00	13.410.686,55	0,00	61.282,88	0,00	0,00	0,00	0,00	13.471.969,43
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade (*)											
Exercícios	2021	83.321.535,23	10.753.626,02	8.192.105,44	6.820.594,03	9.068.006,07	3.661.105,57	883.812,92	585.946,19	0,00	123.286.731,47
	2020	79.518.180,38	10.731.784,84	7.763.858,43	5.676.933,45	8.953.821,03	3.050.970,02	976.036,72	24.966,58	0,00	116.696.551,45
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade (*)											
Exercícios	2021	0,00	632.579,35	66.865,74	78.002,11	256.128,79	88.070,83	225.608,45	87.568,73	0,00	1.434.824,00
	2020	0,00	628.805,63	65.906,03	18.774,76	291.599,01	49.950,61	284.585,10	12.325,41	0,00	1.351.946,55
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Demonstrativo de Pagamento do Sistema Folha SGRH do TRESC (ano 2021).

* O aumento no valor total dos(as) servidores(as) de carreira vinculados ao órgão de origem teve acréscimo em virtude da posse de novos servidores, aumento do plano de saúde e pagamento de exercício anterior.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP e sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do referido Sistema, cuja responsabilidade pela coleta e atualização são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP.

Florianópolis, em 31 de janeiro de 2022.

Eduardo Cardoso
Secretário de Administração e Orçamento
CPF: 017.461.409-84
UPC: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONFORMIDADE CONTÁBIL 2021

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, a unidade gestora (UG) 070094 – Setorial Contábil do TRE-SC, vinculada à Secretaria de Controle Interno e Auditoria do Órgão, é responsável pela conformidade contábil da UG executora 070020.

O procedimento de conformidade contábil é efetuado verificando-se:

- a regularidade da conformidade de gestão efetuada pela UG executora;
- a regularidade da movimentação dos relatórios de movimentação de almoxarifado (RMA) e de bens móveis (RMB), bem como, os registros efetivados no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET;
- a existência de saldos invertidos nas contas contábeis que compõem o balancete;
- a existência de inconsistências nos registros contábeis através do sistema Auditor de Rotinas do SIAFI.

No exercício de 2021 foi efetuada conformidade contábil com restrição nos seguintes meses:

- **janeiro:** restrição 697 (saldo invertido classe 6 - conta 622920101 – empenhos a liquidar) e restrição 707 (saldo invertido classe 8 – conta 899910802 – controle de arrecadação na UG arrecadadora);
- **fevereiro:** restrição 697 (saldo invertido classe 6 - conta 622920104 – empenhos pagos) e restrição 707 (saldo invertido classe 8 - conta 899910802 – controle de arrecadação na UG arrecadadora);

- **março:** restrição 697 (saldo invertido classe 6 - conta 622920104 – empenhos pagos);
- **julho:** restrição 697 (saldo invertido classe 6 - conta 622920101 – empenhos a liquidar e conta 622130100 – credito empenhado a liquidar);
- **outubro:** restrição 674 (saldo alongado/indevido contas transitórias passivo circulante – conta 218913603 – OB's canceladas).

Informo que todas as contas acima, foram regularizadas nos meses subsequentes à restrição contábil.

Florianópolis/SC, 17 de janeiro de 2022.

Giane Espíndola
Contadora
CRC-SC 027592/O-6



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

UG: 070020

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, relativos ao exercício de 2021, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Informo que a Demonstração do Resultado Econômico não está disponibilizado no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Florianópolis/SC, 17 de janeiro de 2022.

Giane Espíndola
Contadora
CRC-SC 027592/O-6